

# ESCUA ÉTICO-POLÍTICA NA (TRANS)FORMAÇÃO DE ANALISTAS PERIFÉRICOS

## ETHICAL-POLITICAL LISTENING IN THE (TRANS)FORMATION OF PERIPHERAL ANALYSTS

João Luis Sales Sousa 1  
Merlin Paiva de Magalhães 2

**Resumo:** Ao considerar o fazer analítico com articuladores interseccionais como gênero, raça e classe, propõe-se explicitar a importância de uma escuta ético-política na formação e transformação descentralizada de analistas periféricos, tendo como território articulador o Coletivo de Clínica Periférica de Psicanálise de São Paulo-SP (Ermelino Matarazzo, Zona Leste, ocupação Mateus Santos). Embasado na teoria lacaniana, a qual se propõe refletir sobre a subjetividade de nossa época, da contemporaneidade, em articulação com outros saberes, como os feminismos, a teoria queer, a teoria de gênero, a teoria crítica, teoria social, a filosofia, estudos decoloniais, pós-estruturalistas etc. A estratégia é inverter a lógica que aborda apenas os corpos subalternos e submetidos a necropolítica, colocando em jogo a branquitude, a colonialidade, a burguesia, a cisgeneridade, a heterossexualidade e a masculinidade etc. Para tanto, a proposta do trabalho condiz com o que o coletivo idealiza promover: a escuta ético-política a partir das clínicas públicas como direito de todo cidadão que requer cuidados de si, da saúde mental que o Estado deveria priorizar promovê-la, e por consequência, formar e transformar outros analistas.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Ético-política. Coletivo. Formação. Transformação.

**Abstract:** By considering the analytical work with intersectional articulators such as gender, race and class, we propose to explain the importance of an ethical-political listening in the training and decentralized transformation of peripheral analysts, having as articulating territory the Collective of Peripheral Psychoanalysis Clinics of São Paulo-SP (Ermelino Matarazzo, East Zone, Mateus Santos occupation). Based on Lacanian theory, which proposes to reflect on the subjectivity of our time, of contemporaneity, in articulation with other knowledge, such as feminism, queer theory, gender theory, critical theory, social theory, philosophy, decolonial and post-structuralist studies, etc. The strategy is to invert the logic that only addresses subaltern bodies and those submitted to necropolitics, putting into play whiteness, coloniality, the bourgeoisie, cisgenerism, heterosexuality, masculinity, etc. To this end, the proposal of the work matches what the collective aims to promote: ethical-political listening from public clinics as a right of every citizen who requires care of the self, of mental health that the State should prioritize to promote it, and consequently, to train and transform other analysts.

**Keywords:** Psychoanalysis. Ethical-Political. Collective. Training. Transformation.

- 1 Graduado em Psicologia pela Faculdade Metropolitanas Unidas (2019). Psicoterapeuta, atende na linha psicanálise lacaniana. Membro do coletivo Clínica Periférica de Psicanálise, desde 2018. Profissional da assistência social de São Paulo no Núcleo de Convivência para pessoas em situação de rua, desde 2020. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2862357193815710>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6968-8515>. E-mail: [joao.salespsi@gmail.com](mailto:joao.salespsi@gmail.com)
- 2 Psicanalista em trânsito, com formação em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná, é membro do Coletivo da Clínica Periférica de Psicanálise, faz pós-graduação no IPPERG em Psicanálise e relações de gênero: ética, clínica e política, faz formação na Rede Para Escutas Marginais (Margens clínicas) e atua no PSILACS (UFMG) com pesquisas. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1813965827851934>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6519-1659>. E-mail: [magalhaesssss@gmail.com](mailto:magalhaesssss@gmail.com)

## Introdução

Jacques Lacan atenta-se para a função da psicanálise, o papel da prática para o autor consiste em considerar a subjetividade e horizontalidade de seu tempo (LACAN, 1953), isto é, resta-nos sermos críticos e éticos na contemporaneidade. É importante ter em vista os fenômenos sócio-políticos que atravessam o psiquismo, explicitando problematizações em torno da teoria e metodologia da psicanálise como a escuta, um fazer analítico. Somam-se a isso as particularidades que o Brasil — país que territorialmente possui a proporção de um continente — também nos provoca a pensar. Uma nação que foi fundada por traumas sucessivos iniciados pela colonização europeia e, conseqüentemente, todos os processos de exploração, genocídio e golpes que ocorreram ao longo da história, sem que houvesse processos de reparação histórica que envolvessem a elaboração da memória do Brasil. Como escutar a subjetividade de um país em que não é permitido elaborar seus traumas?

Diante disso, é preciso elaborar formas de promover uma escuta ético-política, a fim de incluir a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Falar da escuta enquanto fazer analítico implica pensar na formação do analista, através da transmissão de um saber teórico-metodológico que é a clínica. Logo, há pautas pouco debatidas nos espaços institucionais de psicanálise como a branquitude, a cisgeneridade, a burguesia e a colonialidade que permeiam a nossa cultura enquanto uma identidade brasileira e que perpassam, inclusive, pela história da psicanálise no Brasil.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (BILGE; COLLINS, 2020, p. 12).

Há psicanalistas que se movimentam há um tempo para que a psicanálise em dialética com outros campos de saber se torne uma ferramenta de disputa, como os estudos decoloniais, *queer*, de gênero, pós-estruturalistas, feministas etc. Patrícia Porchat no prefácio do livro *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações* de Thamy Ayouch, nos convoca a pensar que a psicanálise no Brasil que se encontra em marcha e debate sobre branquitude, negritude, racismo, feminismo, violência, democracia, LGBTfobia, uma vez que nos leva a refletir sobre “os processos de subjetivação frutos de relações de poder que definem o posicionamento social e psíquico dos sujeitos” (PORCHAT, 2021, p. 9).

O posicionamento social e psíquico debatido pela autora nos remete aos movimentos sociais. Observamos que os diálogos em torno dos feminismos se entrecruzam com a interseccionalidade e a psicanálise e contribuem para o fazer político, pois ter um corpo é político e ele se posiciona a todo momento, seja a partir do inconsciente ou não. Diante disso, é válido pautar o transfeminismo e o feminismo negro como parte dessa proposta, dado que sem esses movimentos não estaríamos escrevendo sobre gênero, raça, classe e a opressão social. As lutas se unem através desses movimentos e ganham mais força para criarem todas as ferramentas possíveis contra a colonialidade, resultando em um movimento no qual a psicanálise seja uma ferramenta de disputa e que o pensamento decolonial e contracolonial seja um discurso para se aliar. Logo, falar sobre a colonialidade é importante. Colonialidade, branquitude, cisgeneridade, burguesia são conceitos-chaves para se pautar como forma de intervenção, contrapondo em falar somente dos corpos subalternos ameaçados pela necropolítica, como conceitua Achille Mbembe (2018) em seu livro intitulado *Necropolítica*, tendo em vista as relações de poder que colocam esses corpos frente a morte, ou fazer morrer.

Através do Coletivo da Clínica Periférica de Psicanálise, levantamos a proposta de apostar

em uma formação de analistas descentralizada, periférica que resgate na psicanálise brasileira a sua história um tanto apagada, como a escravização no Brasil. Uma formação e transformação de um coletivo de analistas periféricos que propõe pensar enquanto classe trabalhadora, que tenta cuidar um do outro para não se sobrecarregar nas demandas que tomam o coletivo e a vida de cada um e busca descentralizar o saber elitista para atuar frente à uma ética.

## Coletivo da Clínica Periférica de Psicanálise de São Paulo

O Coletivo da Clínica Periférica de Psicanálise surgiu em 2018 com seus integrantes ainda estudantes, cursando Psicologia. Porém sua nomeação ocorreu somente em 2020 em meio a pandemia do coronavírus e os atendimentos se deram dessa forma, perdurando. Atualmente buscamos formas de sustentar o coletivo, pois oferecemos atendimento sem custo monetário, pensando que a luta de classes em si é uma forma de pagamento e investimento do sujeito implicado na sua análise, e com isso, os atendimentos contribuem com a formação de analistas, desenvolvem laços entre os pares e transformam o território em que atuamos. A orientação do grupo é psicanalítica em sua base, portanto é fundamentada em uma ética linguística e considera em sua atuação e relação os preceitos fundamentais da psicanálise, dando importância a uma perspectiva social em que observamos as opressões vigentes no território onde atua.

O que nos motiva politicamente é o comprometimento da Clínica Periférica com a democratização da psicanálise e o desejo de ampliar o acesso, pensando em questões ligadas a São Paulo que é geograficamente ampla e economicamente privilegiada para determinado recorte da população, além disso detém, principalmente nos centros, as clínicas de psicanálise até mesmo as que se propõem a um modelo de clínica pública. Neste cenário nasce a Clínica Periférica de Psicanálise com o um intuito em comum de fugir de um caráter messiânico e disponibilizar em suas amplitudes e nuances o que de fato constitui o que carinhosamente apelidamos de “O Coletivo”.

Assim, iniciamos uma busca por locais que conversem com o projeto e tivessem alinhamentos políticos similares, com possibilidade de realizar atendimento na periferia. O local escolhido foi na região do bairro Ermelino Matarazzo, especificamente a Ocupação Mateus Santos, um local que além de ser uma ocupação cultural, abriga consigo um histórico de lutas, militância e até mesmo conflitos com os governos responsáveis pela cidade de São Paulo. Inclusive, consideramos atender além do estado de São Paulo, visto que a vulnerabilidade social atravessa fronteiras.

Dessa forma, podemos afirmar que não é a psicanálise realizando uma análise da periferia ou do espaço público, mas sim a elaboração de uma experiência dialética da construção de um saber provisório, inacabado, parcial sobre a relação analítica que ali ocorre entre o falante e a pessoa do analista, escuta-se o território e constrói-se por ele.

O que se inventa e específica nossa práxis no Coletivo de Clínica Periférica de Psicanálise são os modos de acesso à escuta psicanalítica, mesmo que outros coletivos também atendem gratuitamente, criamos esse acesso ao nosso modo e para que cada pessoa seja escutada na sua relação com a clínica, nos efeitos que cada atendimento se dá. Nossa práxis foi construída a partir da clínica, embasando nela e tirando sustento dela, na aposta ao sujeito do inconsciente. Com isso, pensamos em delimitar esses atendimentos aos moradores da ocupação Ermelino Matarazzo, inicialmente. O coletivo tem intuito também de promover formações de analistas em torno da práxis clínica periférica, considerando as interseccionalidades entre raça, gênero e classe e assim, transmitir uma psicanálise democrática com grupos de estudo, jornadas, aulas abertas em universidades, produção de artigos, livros etc. Realizamos reuniões abertas como uma maneira de convidar analistas em formação para integrar, seja às formações e/ou ao corpo clínico. Consideramos que a participação se dê de modo ativo, na medida do possível, e que esteja compactuada com os princípios do coletivo. Portanto, o processo de inserção acontece com o tempo.

Dito isso, nossa intenção consiste em analisar como é possível ter uma escuta ético-política através da formação de analistas. “Todos e todas as psicanalistas podem praticar a psicanálise pública. Não é necessário fazer parte de um grupo de analistas”, afirma Daniel Guimarães (2020, s/p) em *Convite à prática pública de psicanálise*, no blog *Outras Palavras*. Os coletivos que surgiram no início do século XXI no Brasil demonstram uma necessidade de ter uma rede como forma de trocas, de cuidado um com o outro para exercer uma escuta que tenha ideologias em comum como

a descentralização da escuta psicanalítica a fim de tornar o fazer analítico menos solitário e mais coletivo e construir uma formação, uma prática de liberdade, com grupos de estudo, discussão de casos clínicos, reuniões sobre o coletivo etc. Pensando nisso, a função do analista consiste em fazer falar, o que se torna um ato ético-político. Para tanto, é preciso considerar os marcadores sociais que a atravessam como meio de opressão da sociedade em que vivemos, isso diz da interseccionalidade.

Ética é o que devemos para as pessoas que atendemos em nossa clínica, ao vê-las além de um sujeito do inconsciente com angústias e desejos, mas também através do sofrimento psíquico que advém do mal-estar sociocultural, que teme não conseguir ter dinheiro para se sustentar; de se preocupar com o futuro constantemente; de ser morto pelo racismo, ou homofobia, ou transfobia; por não se sentir pertencente, não ter um lugar etc. Como é possível ter uma escuta ético-política através da (trans)formação de analistas?

### **Paul Preciado: crítico da psicanálise**

Vocês não podem seguir falando do complexo de Édipo ou do Nome-do-Pai em uma sociedade onde as mulheres são objeto de feminicídio, onde as vítimas da violência patriarcal se expressam por denunciar a seus pais, maridos, chefes, namorados; onde as mulheres denunciam a política institucionalizada de violação; ou onde milhões de corpos descem às ruas para denunciar agressões homofóbicas, e as mortes, quase cotidianas, de mulheres trans, assim como as formas institucionalizadas de racismo (PRECIADO, 2020, p. 12).

Se investiga há dois séculos no campo psicanalítico quem é a mulher, enuncia que ela não existe, suas diferenças sexuais em relação ao homem, conceitos como o gozo outro, o gozo feminino, como é não-toda inscrita na função fálica, de como nasce castrada. E o homem? Tido esse homem como cis, branco, hetero, europeu, elitista, como símbolo de uma masculinidade. A problematização se alcança aí, no nível ao qual é pouco falado, pouco questionado e pouco problematizado.

Mas por que as senhoras e os senhores estão convencidos, queridos amigos binários, de que só os subalternos têm uma identidade? Por que estão convencidos de que só ou muçulmanos, os judeus, os gays, as lésbicas, os trans, os moradores de periferias, os migrantes e os negros têm uma identidade? Vocês, os normais, os hegemônicos, os psicanalistas brancos da burguesia, os binários, os patriarco-coloniais, por acaso não têm identidade? (PRECIADO, 2022, p. 31).

É através dessas questões que tomamos como direção, ou como o autor costuma utilizar *saída* para que a transformação da psicanálise seja banhada na ético-política para nomear os semi-identidade, trazendo-os para a fronteira a fim de descentralizar, despatriarcalizar e decolonizar a psicanálise. Isso nos remete aos movimentos sociais, que se posicionam para lutar. O filósofo traz em voga o transfeminismo como sua luta, mas que não seria nada sem o feminismo negro e cria uma ponte para se aliar.

### **Feminismos**

Tomado como movimento social em constante construção, o transfeminismo emerge de críticas e proposições políticas, teóricas e éticas aos modelos tradicionais de produção de conhecimento e aos feminismos de bases essencialistas e naturalizantes sobre a perspectiva do que significa ser

mulher. Filia-se aos movimentos feministas por colocar em questão as hierarquias de sexo/gênero que justificam opressões e violências. Entretanto, aliando-se a referenciais interseccionais, pós-estruturalistas e a feminismos marginais, as pessoas transfeministas questionam a categoria universal de “mulher” que pauta muitos dos movimentos feministas, evidenciando seu viés cisheteronormativo, branco e privilegiado (CIDADE; MATTOS, 2016, p. 144).

Posto isso, o transfeminismo bebe da fonte do feminismo negro, ao passo que ressalta a importância de considerar a interseccionalidade de raça, gênero, classe e sexualidade articuladamente. Para além disso, Donna Haraway (1995 *apud* CIDADE; MATTOS, 2016) questiona o lugar de pessoas trans como objetos de pesquisa e investigações.

A partir da década de 1830 as mulheres brancas dos EUA começaram a expressar suas insatisfações com as vidas de donas de casa que levavam, denunciando o casamento como uma escravização, tanto as donas de casa de classe média quanto as operárias. “Embora fossem nominalmente livres, elas eram tão exploradas em suas condições de trabalho e em seus baixos salários que a associação com a escravidão era automática” (DAVIS, 1981, p. 53). Essa comparação se implica ao fato de que as mulheres brancas de classe média criaram afinidade com as mulheres e homens negros escravizados. Foi, portanto, a partir da criação da Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia que as mulheres brancas que simpatizavam com a causa da população negra pudessem estabelecer vínculos enquanto grupos oprimidos, afirma Angela Davis (1981). Pensar em movimentos sociais, nos diz sobre a luta contra a colonialidade por efeito das marcas que a colonialidade deixou.

## Colonialidade

A colonialidade se manifesta através da relação violenta — seja sexual, física, psicológica — e exploratória entre colonizador e colonizado, transformando este em objetos, mercadorias e animais. Aníbal Quijano (2005 *apud* LUGONES, 2014), contribui para situar a colonialidade do poder que está atrelado aos processos de racialização e exploração capitalista, e além da colonialidade do poder e do gênero, desumanizando a subalternidade.

Na colonização, o colonizador é colocado no lugar de referência universal de ser humano, aquele que é diferente dele se torna o outro. A partir do capitalismo, racismo, colonialismo e generismo produz-se uma organização hierárquica de mundo, que conseqüentemente resulta em efeitos nas subjetividades e na produção e valorização de saberes. Com isso, Maria Lugones (2014) propõe pensar a resistência como movimento de libertação e tensão entre a subjetivação e subjetividade, mantendo a relação oprimir-resistir ativa. Isildinha Nogueira contribui para resgatar o apagamento da história do Brasil como estratégia de colonização:

Transportados para o Brasil na segunda metade do século XVI, os negros provenientes de várias regiões da África, falando, portanto, diferentes línguas, são enviados ao trabalho escravo nas fazendas. Por mais de três séculos, as principais atividades econômicas mercantes brasileiras basearam-se no trabalho do negro escravizado. A historiografia oficial nos conta que a substituição do braço escravizado indígena pelo do negro se deu por este apresentar maior resistência física e por ser mais dócil. O que essa historiografia não nos conta é que os negros resistiram violenta e sistematicamente à escravidão. Evidentemente, era mais fácil submeter alguém à escravidão num meio geográfico e cultural desconhecido (NOGUEIRA, 2021, p. 31).

A escravização foi uma estratégia dos colonizadores para desenvolver o capitalismo, valendo-se de pessoas africanas como mercadoria, assim como as pessoas indígenas. Dessa forma,

é importante ressaltar como a colonialidade está relacionada ao capitalismo, na mesma medida que o colonizador faz tudo pelo lucro do capital, e por fim pelo poder. Essa raça dominante tem nome, é a branquitude instaurada nas estruturas de poder.

## **Branquitude: entre raça e classe**

A branquitude se constrói a partir das estruturas de poder nas quais as desigualdades raciais se sustentam. A identidade racial branca é caracterizada pela invisibilidade, pela falta de racialização do indivíduo branco, pela brancura sendo vista como algo natural, normal (SCHUCMAN, 2020). O embranquecimento foi a estratégia da branquitude para causar o apagamento da cultura brasileira, tornando-a eurocentrada, baseada no ideal do eu branco como modelo a se espelhar enquanto sinônimo de raça humana, tal qual o homem branco, burguês e europeu.

A grande questão para mim sempre foi o não reconhecimento da herança escravocrata nas instituições e na história do país, tema a que passei a me dedicar como pesquisadora. Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro (BENTO, 2022, p. 14-15).

Reconhecer ser parte da branquitude enquanto lugar de fala não é suficiente, se racializar enquanto um corpo branco não basta para pensar numa luta antirracista, é necessária uma postura ética, como trazem Marcinik e Mattos (2021). Portanto, é fundamental compreender a importância da participação da luta antirracista e horizontalizar os privilégios que impactam nas desigualdades sociais, sendo essencial o comprometimento com a causa em torno dos marcados de raça e gênero como forma de enfrentamento do racismo, machismo, misoginia, sexismo etc.

O ideal do eu é branco, diz Neusa Santos Souza (2021), o figurino é branco, branco diz de uma posição hierárquica, ser letrado, ser bem-sucedido, rico, inteligente, saber o que falar, saber o que faz. Branco é modelo, é espelho, é o melhor, ninguém o questiona, ninguém fala mais alto que ele, ninguém o interrompe. Alberto Guerreiro Ramos (1957 *apud* SCHUCMAN, 2020) no seu artigo *A patologia social do 'branco' brasileiro* diz que no Brasil não existe branco puro sem nenhuma miscigenação com a cultura afro-indígena.

O termo classe identifica os grandes grupos humanos que lutam e se relacionam entre si para a produção do sustento próprio, criando relações de dominação, apropriando-se do excedente gerado para além do mínimo necessário para a subsistência (NOGUEIRA, 2021, p. 50).

Podemos compreender como o privilégio branco abrange as estruturas de classe pelos privilégios materiais e simbólicos, ou seja, mais oportunidades do que pessoas negras e indígenas. As desigualdades raciais consistem também em polarizações geográficas, como por exemplo no Brasil, onde no Sudeste e Sul existem mais pessoas brancas, diferente do Norte e Nordeste. Isso acontece devido ao sistema escravagista no país com as políticas de incentivo e subsídio à imigração europeia (SCHUMAN, 2020). Contudo, o ideal branco também existe ao pensarmos sobre o gênero, tomando como o ideal cis, com uma performatividade padrão, única, universal, como a masculinidade, a heterossexualidade, mas a cisgeneridade quase não existe, se não tocássemos nela.

## Cisgeneridade

A invisibilidade do termo cisgênero também é perceptível nas pesquisas e produções em torno da teoria analítica, questionando-se muito sobre as transidentidades e pouco sobre a cisgeneridade, ou quase nada realmente. Podemos considerar que a cisgeneridade foi foracluída do discurso, sendo as transidentidades um tabu, de acordo com Beatriz Bagagli no blog *Transfeminismo* (2018). Falar sobre a cisgeneridade propõe pensar o sistema sexo-gênero como um dispositivo normativo, uma tecnologia de produzir corpos, segundo a teoria foucaultiana. A história da sexualidade, é uma história que por si só é violenta e produz exclusão das transidentidades, considerando-as como identidades não naturais, não compreensíveis, que transgride o centro e são deixadas à margem. Viviane Vergueiro (2016) propõe tecer definições acerca do conceito de cisgeneridade, considerando as diversidades corporais. A autora parte do pressuposto de que todas as pessoas têm identidades de gênero, a partir da referência de normalidade, como o natural, o “de verdade”, isso se alinha a corpos não transtornados, biológicos, cisgêneros. Nomear a cisgeneridade é utilizá-la como um conceito de intervenção para servir de ferramenta de disputa em relação à psicanálise, para que ela se movimente, ou nós a colocamos em movimento.

## Psicanálise em movimento

Este manifesto nasce do movimento psicanalítico em elipse decolonial - mais do que em giro. Sua raiz é o encontro da psicanálise com corpos subalternizados e seus modos inconscientes de ocupação. Corpos negros na metrópole, aquilombados no Centro-Oeste, transgêneros nas conquistas jurídicas, organizados nos desastres ecológicos, pacifistas nas guerras tribais, indígenas em preservação de suas terras, denunciando a cena violenta doméstica, em luta em motins e chacinhas, migrantes e ribeirinhos em terra natal, apátridas pelo avanço tecnológico, resistentes de telas (GUERRA, 2021, p. 11).

Há indícios de que a psicanálise está em movimento. É como poderíamos descrever o livro de Andréa Guerra que ressoa por uma *Psicanálise em elipse decolonial*, como intitula-o. Ao falar em movimento, em decolonialidade, o discurso está em jogo, tendo em vista que tentamos sair da época que não condiz mais com nosso contexto, que é a contemporaneidade, é o que Lacan faz ao reler Freud.

Lacan reconhece como o complexo de Édipo em Freud é normativo, e relendo Freud tentou até desler, pensando não ser mais do seu tempo esse discurso, talvez seja isso que tentamos fazer na contemporaneidade, mudar as formações discursivas como um movimento que se deve fazer na psicanálise. “Podemos discernir as formações discursivas do nosso tempo, quando ainda participamos delas?” (AYOUCH, 2021, p. 22). Nisso, implica fazer uma arqueologia do próprio discurso psicanalítico, não coincidindo consigo mesmo, ou seja, uma saída do seu próprio discurso. É preciso sair da ilha para ver a ilha, como dizia José Saramago. Entretanto, há um risco em reinventar a psicanálise, por isso não podemos viver apenas de novidade, pois existe uma teoria escrita e reescrita, de Freud à Lacan, de acordo com Patrícia Porchat (2021). Por isso, ao invés de nomear como uma reinvenção, por que não uma transformação?

Deste modo, ao colocar a psicanálise em transformação, esse movimento condiz com fazer revolução, portanto podemos afirmar que existe uma luta de classe no campo psicanalítico. Observamos, que durante a história da psicanálise brasileira, a clínica psicanalítica se desenvolveu boa parte ao lado da burguesia, tornando seus espaços de escuta e formação limitados a uma determinada classe dominante. Como consequência desse aparelhamento ideológico tivemos o esvaziamento e uma negação da articulação do sintagma psicanálise-política no que tange a formação do analista e sua participação no debate público. Essa negação e esvaziamento deixado pelas instituições psicanalíticas tradicionais frente a urgência das demandas sociais e econômicas

que ocorriam no Brasil na segunda década do século XXI, resultou na eclosão das clínicas periféricas, de bordas, na praça, marginais, públicas, dentre outras nomeações, especialmente a partir do golpe de Estado e a crise das instituições da democracia burguesa que acometeram o país a partir de 2016. Rafael Alves Lima (2019) argumenta que:

Há um conjunto de motivos que podem ser elencados que configuram o cenário geral da emergência destes dispositivos públicos de tratamento: 1) uma certa descrença estratégica nos establishments institucionais de formação de psicanalistas – algo que frequentemente é traduzido como descrença em instituições (mas penso que a descrença aponta mais para establishments institucionais do que para as instituições propriamente ditas); 2) a chamada ausência de um suposto grande mestre na psicanálise hoje no mundo; e 3) à posição supostamente “marginal” da psicanálise no Brasil em relação ao universo continental (LIMA, 2019, p. 293).

A psicanálise então se torna uma ferramenta de disputa na linha de frente com a escuta dos sofrimentos sociopolíticos, daqueles que estão desamparados discursivamente em um outro território que não aquele cujo marcadores sociais a própria psicanálise já está demarcada: o centro. Ela estaria às avessas com outro território, esse lugar de transição, de relações, inclusive de poder, território subjetivado que é criado pelo discurso das pessoas que estão ali na sessão. Propomos então, pensar a política na psicanálise e a política dos psicanalistas, através do tensionamento das contradições que são colocadas pelos coletivos.

Pensar a coletividade nos remete não só escutar, mas dar voz para esse resgate da cultura brasileira, como forma de aquilombamento, uma vez que se tentou separar os povos, pois unidos seria perigoso, o que eles poderiam fazer? Aquilombar colocamos aqui no sentido de assumir um papel de resistência, contra hegemônica e coletivizar enquanto corpos políticos, como parte da compreensão do conceito em si. Por isso, a escuta que fazemos hoje, e que tentamos transmitir dentro desse campo de saber que é a psicanálise, é à brasileira, é resgatando através da memória do apagamento da história do Brasil e da instauração da psicanálise no Brasil. Não é à toa que hoje se lê muito Lélia Gonzalez, “mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura; por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência” (GONZALEZ, 2020, p. 79). Resgatar essas memórias para que sejam geradoras do futuro, e para isso precisamos falar sobre escutar enquanto uma ferramenta analítica, e o quanto disso envolve o saber, em como sustentar esse lugar de saber que não se sabe, que o inconsciente do outro é que nos dá notícias do sofrimento psíquico.

### **Uma escuta ético-política à brasileira**

Nesta linha, certos projetos filosóficos são capazes de sustentar uma inigualável crítica a desigualdade humana pensada universalmente, ao mesmo tempo em que produzem uma justificação conceitual e política ao colonialismo europeu e à desigualdade entre raças; ou ainda, certas filosofias são capazes de fornecer as bases conceituais para a promoção de uma educação fomentadora de autonomia e orientada para a liberdade, ao mesmo tempo advogando a superioridade de certa elite letrada europeia sobre outros povos; e mesmo são capazes de produzir um viés de crítica ao Estado ou ao capitalismo, ao mesmo tempo justificando filosoficamente e politicamente o nacionalismo (BRANCO, 2020, p. 14).

É válido ressaltar que Freud considerava educar, governar e psicanalisar da ordem impossível de se praticar, uma vez que a relação transferencial está em jogo e isso exige que o saber esteja sempre como suposto. Como dizia Paulo Freire (1986, s/p) “não existe saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. Para Michel Foucault (1988), onde há poder, também há resistência, posto

isso, é necessário colocar problemas nas formas de transmissão da psicanálise, pois isso implica a formação de analistas e consequentemente na escuta clínica.

Contudo, podemos pensar na ética como um cuidado, cuidado do que falar, de como se posicionar, de como transmitir um saber, mas sem esquecer do cuidado de si, visto que para Foucault (2004) em *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*, somente cuidando de si é possível cuidar do outro.

[...] é a abertura do coração, é a necessidade, entre os pares, de nada esconder um ao outro do que pensam e se falar francamente. Noção, repito, a ser elaborada, mas que, sem dúvida, foi para os epicuristas, junto com a de amizade, uma das condições, um dos princípios éticos fundamentais da direção (FOUCAULT, 2010, p.124).

O teórico parte do princípio de *Parrhesia*, como forma de dizer tudo ou como a coragem da verdade. Dizer tudo condiz com essa abertura do coração, como condição necessária para falar com franqueza pensando na prática da liberdade e da ética, do cuidado de si. É com isso que podemos pensar em como transmitir um saber, tendo o cuidado de não moldar a verdade do outro e sim em encontrar vias de acesso para o sujeito tornar-se outro e encontrar a sua verdade.

Sem uma ética do amor moldando a direção de nossa visão política e nossas aspirações radicais, muitas vezes somos seduzidos, de uma maneira ou de outra, para dentro de sistemas de dominação — imperialismo, sexismo, racismo, classicismo. [...] Muitas vezes, então, o anseio não é para uma transformação coletiva de sociedade, para um fim da política de dominação; mas simplesmente para o fim do que sentimos que nos machuca. É por isso que precisamos desesperadamente de uma ética do amor para intervir em nosso desejo autocentrado por mudança (HOOKS, 2006, p. 243).

“[...] A questão central é criar formas de como utilizar esse saber, tendo em vista as práticas de si e o dizer verdadeiro” (ATHAYDE, 2020, p. 145). Portanto, é preciso ter cuidado com o outro que oferecemos escuta e ao transmitir um saber, dando abertura de um espaço ético para isso, e não patologizar o sujeito ao considerar o saber enquanto uma verdade absoluta. O que existe é a verdade de cada um. Como diz Thayz Athayde (2020, p. 158), “pode uma pesquisa ser construída por afetos?”. Que a ética do amor nos guie como fonte de cuidado do outro.

## Considerações Finais

Para concluir, a clínica psicanalítica torna-se um lugar de potência discursiva e desejante onde a primazia do temporal é o tempo do analisante e isso diz de uma ética em considerar o tempo do outro. Ampliar as possibilidades de desejar algo que não seja pré-determinado pelo sistema econômico, resultando em sofrimentos sociopolíticos que também servem como formas de dominação, pois as posições dos sujeitos no laço social determinam e implicam esse sofrimento. Logo, o sofrimento sociopolítico precisa ser pensado a partir de composição heterogênea que aponta para uma gama de desamparos, sejam sociais, materiais e psíquicos.

Se considerarmos que escutamos a partir de onde somos, de onde estamos, a partir do nosso desejo de analista, escutamos a partir de uma filiação com uma teoria, como podemos criar uma escuta analítica que seja ético-política? Que leve em conta o desejo do analista e as dimensões dos sofrimentos sociopolíticos? Ou ainda, o que diferenciaria a clínica de um analista politizado para um que não tenha esses interesses?

Buscamos demonstrar ao longo deste artigo duas possibilidades concomitantes: a retirada

do saber europeu enquanto universal e a inclusão da psicanálise em articulação com outros campos de saber, levando em conta as contradições e colonizações internas e propondo como horizonte a interseccionalidade das produções de conhecimento que resultaria na desconstrução da própria epistemologia psicanalítica, na qual o psicanalista expressa o lugar da incompletude do saber psicanalítico que sustenta essa convocação aos psicanalistas. Um saber suposto que é um dos fundamentos para o desenvolvimento da prática. Na relação analítica, a pessoa do analista deveria ocupar o lugar de não-saber, saber daquele que não sabe sobre seu sofrimento, que é particular do próprio inconsciente. Isso também se dá na atuação do psicanalista na cultura ou como a psicanálise em intenção e extensão, o saber sobre determinados sofrimentos sociais, sobre determinadas relações é incompleto e não basta termos como base apenas os clássicos da teoria freudiana à lacaniana.

A psicanálise precisa ser submetida aos seus próprios aparatos conceituais para continuar se desenvolvendo. Desse modo, o saber psicanalítico se dá em dependência e em decorrência da prática analítica que constitui a epistemologia e depois serve a prática novamente, em um movimento dialético de constituição da práxis e da episteme. Como consequência dessa articulação interseccional, aponta-se para um eixo fundamental do tripé analítico: a formação. Democratizar e horizontalizar verdadeiramente a formação dos analistas, pensando também na manutenção material desses analistas nas formações, as dificuldades e conflitos que são colocados pela transmissão são algumas nuances do nosso tempo que precisamos estar atentos. As práticas coletivas de psicanálise têm mostrado caminhos a serem trilhados nesse processo dialético de atuação clínica que produz uma teoria.

## Referências

ATHAYDE, Thayz Conceição Cunha de. **Psicologia e educação: (des)encontros desde uma pesquisa in(ter)venção em gênero e sexualidade**. 2020. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), RJ, 2020.

AYOUCH, Thamy. **Psicanálise e Hibridez: Gênero, colonialidade, subjetivações**. 1. ed. Curitiba: Calligraphie, 2021.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Foraclusão do termo cisgênero e a política do significante. **Blog Transfeminismo**. Available in (accessed in 01/15/2016): <http://transfeminismo.com/foraclusao-do-nomecisgenero-ea-politica-do-significante>, 2018.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras: São Paulo-SP, 2022.

BRANCO, Felipe Castelo. **Filosofia dos nacionalismos**. Nacionalismos da filosofia. Apeku: Rio de Janeiro-RJ, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero : feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill, BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. Editora: Boitempo, São Paulo-PR, 2020.

DAVIS, Angela. (1981). **Mulheres, raça e classe**. Boitempo: São Paulo-SP, 2016.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. (Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. (1984). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/** organização Flavia Rios, Márcia Lima. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, Andréa & LIMA, Rodrigo. **A psicanálise em elipse decolonial**. N-1 Edições: São Paulo-SP, 2021.

GUIMARÃES, Daniel. Convite à prática pública de psicanálise. Blog **Outras Palavras**. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/convite-a-pratica-publica-de-psicanalise>. Acesso em 06/09/2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995, pp. 07-41. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065\\_926\\_hARAWAY.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf). Acessado em: 28/08/2022.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. 1ª edição. Coleção: trilogia do amor, vol. 1. Editora: Elefante, São Paulo-SP, 2021.

KEMMIS & MCTAGGART (1988), *Apud* Ferraz, Kenia Franciely & Foltran, Elenice Parise. “O uso das tecnologias para o desenvolvimento de hábitos de estudos no auxílio à aprendizagem”. In: **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE — Cadernos PDE**, 2014 (I).

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem. In **Escritos** (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1953.

LIMA, Rafael Alves. Clínicas Públicas nos primórdios da psicanálise: uma introdução. **Teoria y Crítica de la Psicología**. Vol. 12 (2019), 292-314. Disponível em: <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/292>

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 357-378, 2014.

MARCINIK, Geórgia Grube & MATTOS, Amana Rocha. “‘Mais branca que eu?’: uma análise interseccional da branquitude nos feminismos”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, e61749, 2021.

MATTOS, A. R.; CIDADE, M. L. R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 132–153, 2016. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17181. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1ª Edição, São Paulo: N-1 Edições. 2018

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do corpo negro**. Editora Perspectiva: São Paulo-SP, 2021.

PRECIADO, Paul, B. **Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas da identidade sexual**. São Paulo:

n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul, B (2020). **Yo soy el monstruo que os habla**: Informe para una academia de psicoanalistas. Editorial Anagrama: Barcelona.

PRECIADO, Paul, B **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução de Carla Rodrigues. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PORCHAT, Patrícia. Transmitindo questões de gênero em **Gênero**. Coleção: Parentalidade & Psicanálise. 1ª Edição. Autêntica: Belo Horizonte, MG, 2020.

PORCHAT, Patrícia. De onde escuto? De Freud e Lacan e Foucault e Deleuze e...em **Relações de gênero e escutas clínicas**. (Org. José Stona) Editora Devires, Salvador-BA, 1ª edição, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Patologia social do “branco” brasileiro**. Editora Jornal do Commercio, 1955.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. Editora Veneta: São Paulo-SP, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. 1ªed - Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.

Recebido em 16 de Janeiro de 2023.

Aceito em 08 de fevereiro de 2023.